

KERLIN CRISTINA TREMARIN GIMENEZ

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A
FEMINIZAÇÃO DA EPIDEMIA DE AIDS**

Monografia apresentada no curso de Especialização em Prevenção ao HIV/AIDS no quadro da Vulnerabilidade e Direitos Humanos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Orientadora: Dra. Naila Janilde Seabra Santos

SÃO PAULO

2011

KERLIN CRISTINA TREMARIN GIMENEZ

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A
FEMINIZAÇÃO DA EPIDEMIA DE AIDS**

Monografia apresentada no curso de Especialização
em Prevenção ao HIV/AIDS no quadro da
Vulnerabilidade e Direitos Humanos da Faculdade de
Medicina da Universidade de São Paulo

Programa de Medicina Preventiva

Orientadora: Dra. Naila Janilde Seabra Santos

SÃO PAULO

2011

RESUMO

Historicamente, as mulheres sempre foram submissas aos homens. Junte-se a isso o fato de vivermos no Brasil, um país marcado por desigualdades entre os gêneros, seja no campo profissional, social, intelectual, entre outros. Essas desigualdades contribuem para o aumento da infecção por HIV entre as mulheres, uma realidade mundial que não pode ser ignorada. O presente trabalho, realizado por meio de pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos pertinentes à temática abordada, teve por objetivo verificar as principais causas do aumento da incidência de AIDS entre as mulheres. Pôde-se verificar que, além de uma predisposição biológica, a falta de conhecimento da população em geral sobre o fato de que a infecção por HIV já não está restrita a grupos populacionais específicos, a falta de campanhas oportunas e direcionadas à população mais carente, as desigualdades de gênero, que concorrem para que as mulheres enfrentem problemas dos mais diversos para convencer seu parceiro a utilizar preservativo, a falta de estratégia dessas campanhas para discutir as questões relacionadas à cultura machista, ainda presente em nosso país, são os principais fatores que contribuem para a feminização da AIDS.

Palavras-chave: feminização da AIDS; HIV; trajetória da mulher na história.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
3 REVISÃO DA LITERATURA.....	4
3.1 Trajetória da Mulher na História.....	4
3.1.1 Abordagem às relações de gênero.....	11
3.2 A AIDS e a Mulher.....	15
4 CONCLUSÃO.....	19
METODOLOGIA.....	3
Objetivo.....	2
REFERÊNCIAS.....	20

1 INTRODUÇÃO

As doenças sexualmente transmissíveis (DST) sempre foram uma preocupação para os profissionais da área da saúde. Essas doenças não são exclusivas do Brasil, sendo um importante problema de saúde pública no mundo todo (BRASIL, 2011).

No que se refere ao vírus da imunodeficiência humana (HIV), segundo estimativas globais de 2008 da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2011), as mulheres compreendem 50% das pessoas portadoras desse vírus.

Na África-subsaariana, por exemplo, as mulheres constituem 60% das pessoas portadoras do HIV. Em outras regiões do mundo, os homossexuais, os usuários de drogas injetáveis, os trabalhadores do sexo e seus clientes estão entre os que apresentam maior risco de contrair HIV, porém, a proporção de mulheres portadoras de HIV vem aumentando globalmente nos últimos 10 anos (WHO, 2011).

As normas relacionadas à masculinidade estigmatizam homens que possuem outro homem como parceiro tornando-os, e a seus parceiros, vulneráveis ao HIV. Já as normas relacionadas à feminilidade podem evitar que as mulheres, especialmente as mais jovens, tenham acesso às informações e serviços de HIV. A Organização Mundial de Saúde (WHO, 2011) alerta que apenas 38% das mulheres jovens têm um conhecimento preciso e abrangente sobre o HIV/AIDS (Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

1.1 Objetivo

Verificar os principais fatores relacionados ao aumento da incidência de AIDS entre as mulheres.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos pertinentes à temática abordada, abrangendo o período de 1986 a 2011.

Segundo Parra Filho e Santos (2002, p. 37), a pesquisa bibliográfica pode conduzir a novas visões sobre um determinado problema.

Os autores prosseguem, afirmando que “[...] qualquer que seja o campo a ser pesquisado, sempre será necessária uma pesquisa bibliográfica, para se ter um conhecimento prévio do estágio em que se encontra o assunto” (PARRA FILHO e SANTOS, 2002, p. 37)

Foram pesquisados 25 artigos nos idiomas Inglês e Português nas Bibliotecas Virtuais de Saúde Lilacs, Medline, PubMed e Scielo, bem como 35 livros que tratavam do tema em questão, utilizando as seguintes palavras-chave: HIV, AIDS, mulheres com HIV.

Destes 25 artigos, 19 foram considerados mais relevantes e 19 citados neste texto.

Dos 35 livros, 31 foram considerados relevantes e 12 citados.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Trajetória da Mulher na História

Ao longo da história, as mulheres sempre tiveram sua imagem refletida sobre a prerrogativa de submissão ao homem. Desde o princípio dos tempos, o papel das mesmas era reduzido à “sombra” de seus companheiros

As diferenças e as relações de poder têm início desde os tempos bíblicos. Aos olhos dos devotos do cristianismo, homem e mulher no plano de Deus resumem-se simplesmente a uma cadeia de comando, onde cabe ao homem articular e comandar e à mulher submeter-se, como se o feminino sempre tivesse que ser submisso ao masculino.

Em todo o mundo, as mulheres começaram a ocupar um lugar de destaque na sociedade através de movimentos sociais, não sozinhas, mas em lutas organizadas para defender-se em prol da garantia de seus direitos.

Scott (1989) menciona que a trajetória das mulheres apresenta a permanente quebra de tabus, que as podavam do exercício do poder de expressão, fugindo das amarras que as confinavam no cerco fechado das perspectivas de cuidados meramente familiares: cuidar de casa, dos filhos, procriarem etc. A forma com que as mulheres eram educadas passava de geração a geração ao longo dos tempos. Contudo, também com o passar dos tempos, as mudanças foram surgindo:

[...] a possibilidade de entender as relações entre os sexos também no âmbito da cultura, do simbólico, das representações, é muito importante quando se pensa em educação, porque, quando trabalhamos nessa área, reconstruímos a cultura, os valores, os símbolos nas novas gerações, transmitindo ou recriando, reproduzindo ou transformando as hierarquias, as diferentes importâncias atribuídas socialmente àquilo que é associado ao masculino e ao feminino [...] (FARIA et al., 1999, p. 9).

Segundo Costa (1998), quase que no mundo todo o movimento feminista diminuiu suas atividades diante da Primeira Guerra Mundial (1914-1918); durante o conflito, com os homens no *front*, as mulheres acabaram por assumir funções e papéis que antes pertenciam ao mundo masculino, pois ficaram sozinhas em casa com a família e precisavam tomar decisões, trabalhar e lutar por suas famílias.

As lutas em prol dos movimentos sociais, encabeçadas pelas feministas, traziam como bandeira, a exemplo do que ocorria em outros países, as diferenças entre os sexos e as questões do trabalho, as necessidades da família e de toda a sociedade. Conforme Alves (1980), a partir dos anos 1920, surgiram mulheres como Bertha Lutz¹, que foi uma das figuras pioneiras do feminismo no Brasil. Ainda segundo o autor, Maria Lacerda de Moura² também foi uma figura importante para o movimento feminista brasileiro.

Essas mulheres lutaram pela emancipação feminina, paralelamente às lutas de mulheres operárias. Assim, ainda conforme Alves (1980), temos claramente duas

1 Bertha Lutz era zoóloga de profissão. Estudou ciências naturais em Paris, na Sorbonne, com especialização em anfíbios anuros e depois de tomar contacto com os movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos da América, Berta criou as bases do feminismo no Brasil. Foi a fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922, após ter representado o Brasil na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, onde foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Depois foi eleita suplente para deputado federal em 1934, após fracassar em duas eleições. Em 1936 assumiu o mandato. Suas principais bandeiras de luta eram mudanças na legislação trabalhista com relação ao trabalho feminino e infantil e até mesmo a igualdade salarial. Em 1937, com o golpe do Estado Novo, perdeu o mandato. (Disponível em: www.historia.uff.br/nec/textos/gehatext02.pdf. Acessado em: fevereiro de 2008).

2 Maria Lacerda de Moura foi uma anarquista individualista mineira que se notabilizou por seus escritos feministas. Formou-se na Escola Normal de Barbacena e trabalhou como educadora adotando a pedagogia de Francisco Ferrer e lecionando em Escolas Modernas. Em 1920, no Rio de Janeiro, fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que combateria a favor do sufrágio feminino. Após mudar-se para São Paulo em 1921, se tornou ativa colaboradora da imprensa operária, publicando em jornais como A Plebe e O Combate. Em 1923, desagradou outros anarquistas por se referir positivamente às reformas educacionais promovidas pelos Bolcheviques na URSS, mesmo após a perseguição política que os anarquistas russos sofreram durante e após a Revolução Russa de 1917 ter se tornado pública. Entretanto, também recusou convites para ingressar no recém-formado Partido Comunista Brasileiro. Entre 1928 e 1937, viveu numa comunidade agrícola autogestionária em Guararema, formada principalmente por anarquistas individualistas e desertores espanhóis, franceses e italianos da Primeira Guerra Mundial, “livre de escolas, livre de igrejas, livre de dogmas, livre de academias, livre de muletas, livre de prejuízos governamentais, religiosos e sociais”. A repressão política durante o governo de Getúlio Vargas forçou a comunidade a se desfazer, levando-a a fugir para o Rio de Janeiro, onde trabalhou na Rádio Mayrink Veiga lendo horóscopos. Fez parte da maçonaria e da Rosa Cruz, mas se distanciou desta publicamente após saber que sua sede em Berlim havia sido cedida aos nazistas e desautorizou seu filho adotivo a reconhecê-la, após este ter se associado aos integralistas. Sua última conferência (“O Silêncio”) foi realizada no Centro Rosa Cruz, ao qual voltou a se ligar ao final de sua vida (disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Bertha_Lutz. acesso em fevereiro de 2008).

vertentes do feminismo: a liberal e a libertária sufragista, sendo que as mulheres conquistaram não só o direito de eleger, mas também de serem eleitas.

O direito ao voto era um dos objetivos desses movimentos. De acordo com Verucci (1994), no mundo todo, esta conquista foi ocorrendo em tempos diversos, entre as décadas de 1910 aos fins de 1940. No Brasil, isto foi alcançado em 1934. Esse movimento também teve o apoio da Igreja Católica, a quem, apesar de disseminar o estereótipo de organização machista da sociedade, interessava o voto feminino para garantir a supremacia da própria Igreja.

No nosso país, a situação das mulheres era semelhante ao que ocorria no restante do mundo. No início, apenas a elite brasileira econômica e cultural discutia as ideias feministas. Principalmente nas décadas de 1920 a 1940, doutrinas e ideias libertárias e também liberais defendiam que os direitos conquistados pelas revoluções, mundo a fora, deveriam se estender a ambos os sexos, por serem os direitos naturais de mulheres e homens iguais. A luta pelo direito ao voto, pela escolha do domicílio e pelo trabalho de mulheres sem autorização do marido também faziam parte dessas ideias.

Surgiram, então, inúmeras agremiações com este ideal. Porém, a maior característica desse movimento era o comprometimento com a fidelidade aos princípios da ordem social e o que elas reivindicavam era espaço no mercado de trabalho e igualdade de direitos políticos entre os sexos.

Segundo Verucci (1994), em grandes centros urbanos do Brasil, as mulheres “letradas” estavam envolvidas em uma luta para que suas conterrâneas investissem tempo em cultura, artes e filantropia, interferindo e construindo a sociedade em conjunto com os homens. Mas, nessa época (início da primeira metade do século XX), acreditava-se que, embora tendo acesso à educação, esta deveria ser diferente daquela recebida pelos homens. As mulheres reivindicavam espaço público e usavam os instrumentos que tinham à mão para conseguir seus objetivos: administrar os bens da família; criar arte, literatura e música; exercer atividades como operárias, comerciárias e artesãs.

E em todos esses momentos, Verucci (1994) ainda menciona que a imprensa cedeu espaço para a divulgação tanto de representações sociais, que mantinham os velhos valores, como para esses ideais inovadores.

Com o advento da Segunda Grande Guerra (1939-1945), as atividades feministas ficaram de novo em segundo plano, como na guerra anterior, para retornarem com força renovada após o seu término.

O movimento teve um dos grandes marcos em 1949, segundo Hita (1998), quando Simone de Beauvoir escreveu "O Segundo Sexo", obra que passou a ser referência do feminismo no mundo todo. Mas foi somente no final da década de 1960 que se deu o que pode ser denominado de a segunda onda do feminismo, apresentando ainda conotações libertárias e igualitaristas. Ainda, conforme Hita (1998), até então a divisão de papéis entre homens e mulheres permanecera clara e definida. A entrada de um maior contingente de mulheres no mercado de trabalho foi incitada mais claramente, porém, havia a percepção das diferenças expressas pelas discrepâncias salariais, que apenas refletiam outras desigualdades entre os trabalhadores e as trabalhadoras. Fagundes (1996) aponta para o fato de que a participação crescente do chamado sexo frágil na força de trabalho industrial acabou por aguçar os movimentos pró-femininos, que advogavam por direitos iguais.

Ainda na década de 60, como afirmado por Scott (1989), o movimento feminista deu origem à outra compreensão sobre as mulheres. As ativistas do feminismo reivindicavam a construção de uma história que trouxesse visibilidade àquelas que, de alguma forma, tinham se sobressaído às demais. Ainda conforme Scott (1989), a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher foi adotada em 1979, produto dos trabalhos que envolveram a Conferência Internacional da Mulher do México de 1975, que inaugurou a Década da Mulher e entrou em vigor em 1981.

O Brasil, pelo Decreto no 89.460/84, homologou a referida Convenção com ressalvas aos artigos 15, inciso 4o e 16, inciso I, alíneas a, c, e, g, h, desconhecendo naquele momento o importante trabalho desenvolvido pelas mulheres para modificar o Código Civil. As ressalvas referiam-se ao status da mulher casada: escolha de domicílio, igualdade de direitos no casamento e na sua dissolução. Em consequência

da Constituição de 1988, o Itamaraty encaminhou ao Congresso Nacional mensagem propondo a retirada dessas ressalvas:

A Convenção de 1981 ressalta a discriminação positiva, pela qual os Estados devem adotar medidas para acelerar o processo de equiparação de direitos e condições entre os homens e as mulheres. A denominação, hoje que estabeleceram, por lei, quota de 20% pra mínimo de apresentação de candidaturas femininas de cada partido político nas eleições municipais de 1996 e mínimo 30% e Maximo de 70% para candidatos de cada sexo para as eleições geral (VERUCCI, 1999, p. 20).

De acordo com Verucci (1999), os pontos mais relevantes dessa convenção podem ser assim resumidos: direito de votar e ser votada para cargos políticos e órgãos públicos e de exercer funções públicas em todos os níveis; direito de participar da formulação de políticas governamentais e de organizações não-governamentais voltadas para a vida pública e política; igualdade perante a lei; direitos iguais quanto à nacionalidade; direitos ao trabalho com igualdade de oportunidade e de salários em relação aos homens; igualdade de acesso aos serviços de saúde pública e de planejamento familiar; direitos e responsabilidade iguais no casamento e na relação com os filhos; proteção contra o casamento infantil e a exploração sexual; medidas para modificar os padrões culturais de conduta que mantêm as mulheres em situação de inferioridade; medidas para reprimir a prostituição e o tráfico de mulheres.

Não tem sido fácil para as mulheres conquistar o reconhecimento de sua condição na lei e na sua posição na vida na busca de direitos igualitários aos homens em todos os sentidos, pois ainda temos fortes resquícios de uma sociedade marcada pelo patriarcalismo e mesmo diante de denúncias, muitas pessoas que não cumpriram as normas propostas na Convenção de 1981, não sofreram penalização.

Segundo Scott (1989), os últimos 90 anos presenciaram uma verdadeira reviravolta na situação das mulheres em diferentes campos da vida humana: acelerou-se sua integração ao mercado de trabalho; sua agenda de direitos foi reconhecida pelos organismos internacionais e por inúmeros governos; estudos sobre

sua especificidade foram absorvidos pelo debate científico em incontáveis espaços acadêmicos. Estas mudanças se deram num mundo em que a humanidade pôde presenciar um extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico. Em igual período, avanços históricos ocorreram com as revoluções sociais e anticoloniais que levaram ao poder as novas experiências de sociedades socialistas, pautadas no ideário do fim da exploração nas relações humanas.

Os espaços para novas conquistas se alargaram e as mulheres, sabiamente, apoderaram-se da oportunidade que a evolução lhes proporcionara, revelando sua capacidade, competência, disposição, força para vencer obstáculos oriundos das amarras do preconceito, estereótipos, ideologias e tabus. Conforme Hita (1998), a situação que era imposta às mulheres pela sociedade propiciou a alavanca que foi a força motriz na mobilização e busca indeclinável do espaço que lhes fora reservado, ocupando nos dias atuais e com muita força um lugar mais justo na sociedade, anteriormente permitido apenas ao sexo masculino desvendar, descobrir e usufruir.

É notável no final do século XX o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Melo (2001) assegura que, segundo o IBGE, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho cresceu aproximadamente 13 pontos percentuais entre 1950 e 1980, chegando, nos anos 90, a beirar os 40%; nas regiões metropolitanas esta taxa atingiu 44,53%.

Contudo, Abramo (2002) observa que essa crescente participação das mulheres no mercado de trabalho não se processou acompanhada de uma superação das desigualdades profissionais entre homens e mulheres. Segundo a autora, em toda a América Latina, a maior parte dos empregos femininos continua concentrada em alguns setores de atividades e agrupada em um pequeno número de profissões. Exemplificando, ela coloca que:

No Brasil, em 1990, metade das mulheres trabalhadoras se encontrava em seis ocupações; empregadas domésticas, balconistas ou comerciantes por conta própria, costureiras, professoras de ensino fundamental e empregadas em funções administrativas. Considerando somente o setor formal da economia, 54% das mulheres se concentravam em treze ocupações principais; professoras de ensino fundamental e

médio, enfermeiras, funcionárias públicas de nível universitário, auxiliar de escritório, agente administrativo, auxiliar de contabilidade ou caixa, secretária, recepcionista, vendedora, trabalhadora em conservação de edifícios, cozinheira e costureira. (ABRAMO, 2002, p. 113).

É interessante observar que algumas dessas atividades são praticamente as mesmas apontadas por Bassanezi (2000) no texto “Mulheres dos Anos Dourados” sobre a década de 1950. Ainda, o autor considera que nesse período verificou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho em setores como serviços de consumo coletivo, em escritórios, no comércio ou em serviços públicos, também em profissões que exigiam das mulheres certa qualificação como enfermeira, professora, funcionária burocrática, médica, assistente social, vendedora etc.

Nos dias atuais, vemos que as mulheres têm o seu lugar conquistado por total merecimento, porém, observa-se que ainda são inúmeras as lutas a serem travadas para que realmente se dissipem as desigualdades entre homens e mulheres.

Parafraseando Scott (1989), a mulher lutou tanto e continua lutando pelo reconhecimento de seus direitos e apesar de já haver conquistado o seu espaço, em boa parte, continua sem saber fazer uso de seus direitos conquistados. Muitas ainda dependem do homem, talvez pela sua grande capacidade de amar, perdoar, como esposa, companheira ou mãe, com toda sua delicadeza feminina em dom herdado pela divindade.

Não há como negar o fato de que todas as conquistas alcançadas ao longo dessas últimas décadas pelo feminismo não estão consolidadas. Ao contrário, são continuamente ameaçadas por pressões machistas as mais conservadoras. Duas das principais queixas das mulheres na atualidade, conforme Heilborn (1998) são a dupla jornada de trabalho e o acirramento da competição no mundo masculino. As duas questões não podem ser dissociadas, se considerarmos que a exigência da qualidade do trabalho feminino ainda é muito maior do que a que se dá em relação aos homens. Ainda segundo Heilborn (1998), as mulheres pagam um alto preço por participarem da vida pública, como continuam a denunciar as feministas. Na verdade, a libertação

feminina acarretou um aumento muito grande do trabalho para as mulheres, especialmente as casadas ou com filhos.

3.1.1 Abordagem às relações de gênero

Ao longo dos tempos, as relações de gênero se expressavam pelo machismo, do autoritarismo do homem sobre a mulher. Os homens é que detinham a supremacia na sociedade e nas questões familiares. A mulher, ainda na história bíblica, era educada para ser submissa ao homem e desta concepção a sociedade, durante seu desenvolvimento, demorou muito para refletir e mudar os papéis.

Nessa linha de discussão, desde o nascimento o bebê recebe tratamento conforme o seu sexo. Se menino, é educado e tratado de forma a vestir-se como menino, andar como menino, falar como menino e postar-se como menino. A menina, ingênua, precisa da proteção dos pais e irmãos mais velhos, é sensível e usa roupas rosa e claras, sendo preparada para a reprodução. O menino/homem, conseqüentemente, esquece-se de sua responsabilidade no processo da reprodução, nos cuidados, ficando este sob responsabilidade somente da mulher. Assim, o lugar do homem e da mulher também é limitado e delimitado.

O menino vai crescendo e sendo preparado psicologicamente para atuar na sociedade como líder, chefe, administrador, e a pensar em profissões que deem conta disso. A menina é ensinada a cuidar da casa, a preparar a comida, a cuidar dos irmãos menores, a cuidar e “aceitar” os outros. Esse aceitar é que deve ser questionado na vivência cotidiana.

Então, meninos e meninas, ao longo da história humana, foram educados para exercerem diferentes papéis na sociedade. A mulher, assim como o homem, representa um papel fundamental na sociedade e não se pode falar de um sem falar do outro, pois ambos se constroem na relação, são seres concretos, vivendo em comunhão ou não e construindo seus diferentes papéis na sociedade. Nessa direção de discussão, faz-se necessário abordar os aspectos contraditórios de uma ideologia dominante que envolve homens e mulheres e que merecem continuamente críticas,

posto que buscam fazer uma reflexão acerca do modo como a própria sociedade lida com as questões de gênero.

À medida que homens e mulheres vão construindo novos espaços de atuação, ambos se constroem e modificam a forma de se relacionar em alguns espaços. Homens e mulheres se constroem a partir das relações sociais e culturais, posto que o gênero também deve ser entendido como a construção de significados sociais e culturais e que não podem ser compreendidos isolados um do outro. O gênero não é determinado unicamente pelo sexo, embora o sexo faça parte do gênero.

Ocorre que, historicamente, as relações entre gêneros sempre estiveram permeadas e ligadas a questões de poder e de desigualdade.

O gênero, então é o sexo atribuído que, por sua vez, deve entender-se a partir da forma dos órgãos sexuais externos do bebê ao nascer. Desde a constatação de que o bebê é menino ou menina, sua identidade começa a ser construída sob uma complexa trama de influências que abrangem a linguagem, as atitudes, as expectativas. Seu mundo será conformado pouco a pouco, aprendendo cada criança o que é ser mulher ou homem, de uma maneira aparentemente natural e espontânea, em um processo que dura toda a vida (DIO BLEICHEIMAR, 1992). A construção cultural de gênero fica evidente quando se verifica que fazer-se homem ou mulher nem sempre supõe o mesmo em diferentes sociedades e em diferentes épocas (FERNÁNDEZ-MATORREL, 1989, citado por GROSSI E WERBA, 2001, p. 49).

Para Cabral e Díaz (1999, p. 1) “gênero refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais”. Ainda: “As relações de gênero são produto de um processo pedagógico que se inicia no nascimento e continua ao longo da vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres, principalmente em torno a quatro eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania” (CABRAL E DÍAZ, 1999, p. 2). Essa perspectiva de análise se apresenta de forma mais completa, uma vez que possibilita maior compreensão acerca da forma como se concebem as relações entre homens e mulheres na sociedade.

Referindo-se ao espaço público e ao reconhecimento da cidadania, Cabral e Díaz (1999) nos dizem que:

Embora nos dias de hoje, uma grande proporção de mulheres trabalhe e muitas delas sejam a principal fonte para o sustento da família, isto não tem significado um maior desenvolvimento e reconhecimento de sua cidadania. Em outros países da América Latina, incluindo o Brasil, os dados mostram que existe uma grande diferença entre homens e mulheres e que a falta de equidade prejudica as mulheres. É muito difícil ter mulheres em altos cargos, como diretoras de empresas, de hospitais, reitoras de universidades, etc. em geral, é muito difícil ter mulheres nos lugares de tomadas de decisões. Isto se explica pelo processo de socialização que ao determinar o trabalho reprodutivo (casa e filhos) para a mulher, cria condições que a marginalizam do espaço público, e pelo contrário, o homem é quem assume o trabalho produtivo e as decisões da sociedade. (CABRAL e DÍAZ, 1999, p. 3)

As transformações são úteis e necessárias e as lutas não são por acaso, fato demonstrado na luta das mulheres ao longo da história. É porque ao longo da história da humanidade, nas questões de gênero, a mulher vem sendo explorada e dominada. Abriu caminhos, conquistou espaços, mas ainda vem sofrendo as consequências de uma herança machista e individualista. O caminho a seguir é uma educação diferente que valorize o ser humano, que valorize o homem por ser homem e a mulher por ser mulher, cada um com suas características individuais de sexo e de sexualidade, mas ambos com papéis essenciais de complementação de um ser humano e de outro.

Gênero é uma construção social, já que para transformar um bebê em homem ou mulher é preciso investimento social. Essa construção é realizada principalmente, pelas instituições sociais como família, escola e igreja. São elas que através dos valores culturais, começam a estabelecer papéis diferenciados para homens e mulheres. (RICHARTZ, 2008, p.2)

Ainda para Cabral e Díaz (1999, p. 5): “[...] trabalhar gênero, em um espaço específico junto à sexualidade, é a possibilidade de garantir ações mais efetivas na desconstrução desse modelo tão arraigado, construído e estruturado no

desenvolvimento sexual que tanto tem prejudicado as mulheres e conseqüentemente o homem também”.

A mulher em casa é impedida muitas vezes de receber estímulos, de se desenvolver profissionalmente, de se envolver na participação social e de comprovar as suas potencialidades e seus talentos muitas vezes inibidos por causa da discriminação. Mulheres não são inferiores (embora se sintam), mas são impedidas de exercerem diferentes papéis na sociedade.

A história revela que as grandes causas, benéficas especialmente aos contingentes discriminados e a quase todos os demais, obtiveram sucesso, apesar de terem sido conduzidas por pequenas minorias. E as brasileiras têm razão de sobra para se opor ao machismo reinante em todas as instituições sociais, pois o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo. Não obstante o desânimo abater certas feministas lutadoras, quando assistem a determinados comportamentos de mulheres alheias ao sexismo, vale a pena levar esta luta às últimas conseqüências, a fim de poder desfrutar de uma verdadeira democracia. (SAFFIOTI, 2004, p. 46-47).

A luta pela igualdade nas relações entre homens e mulheres deve ser empreendida pela sociedade de modo irrestrito, uma vez que as relações de gênero compreendem relações igualitárias e não tão somente de desigualdades e de relações hierárquicas como no patriarcado. Essa linha de pensamento possibilita compreender a profunda relação que há entre a masculinidade e a feminilidade. Os diferentes papéis sexuais é que determinam historicamente esta inferioridade a qual a mulher foi submetida, mas hoje, já é possível se estabelecer relações com mais igualdade.

É importante que se passe a “desnaturalizar” os papéis, que são historicamente naturalizados e que legitimam todo e qualquer tipo de discriminação. Além do mais, as mulheres já comprovaram de diversas formas a sua capacidade na família, no trabalho e na própria valorização do ser mulher que deve ser resgatado pela nossa educação, pela nossa sociedade. Também, não esqueçamos que as mulheres têm capacidade para exercer todo e qualquer tipo de trabalho, assim como os homens são responsáveis em casa, na educação dos filhos, nos cuidados etc.

3.2 A AIDS e a Mulher

Segundo Guimarães (2001), a epidemia da AIDS continua sendo um grande problema de saúde pública no Brasil. Dados obtidos pelo autor em 2001 revelam um aumento significativo na década de 1990 de crianças e mulheres infectadas pelo HIV. Isso pode ser constatado pelo fato de que, em 1986, a razão de homens e mulheres com AIDS era de 18:1 e, em 2001, 3:1.

Santos et al. (2002), em seu estudo analisando questões relativas à sexualidade e à saúde reprodutiva de mulheres HIV-positivas, apontam que, no Estado de São Paulo, a razão masculino/feminino de casos diminuiu de 29:1 em 1985 para 2:1 em 1998. O estudo ainda mostra que a AIDS foi a principal causa de mortalidade entre mulheres de 20 a 34 anos de 1991 a 1998.

Estudos mais recentes corroboram os dados acima. Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2011), em 2009 a razão masculino/feminino dos casos de AIDS chegou a 1,6 casos em homens para cada caso em mulheres.

Paulatinamente, a infecção pelo HIV deixou de ser importante apenas para determinados grupos populacionais, denominados inicialmente de “grupos de risco”.

Fatores como transfusão sanguínea e o uso de drogas injetáveis, entre outros, contribuíram para o aumento da infecção pelo HIV, não só entre as mulheres, mas entre a população em geral. Neste momento utilizava-se a terminologia de comportamento ou exposição ao risco para denominar determinadas situações que estavam frequentemente relacionadas à transmissão do HIV.

Segundo Maliska, Souza e Silva (2007), “progressivamente, o conceito de comportamento de risco foi se ampliando, passando-se a considerar os fatores políticos e econômicos que têm provocado a disseminação da infecção pelo HIV. A ideia de risco individual e coletivo evoluiu para uma concepção de vulnerabilidade”.

O estudo de Garcia e Souza (2010) também descobriu que o aumento da AIDS entre a população feminina não é um fenômeno apenas brasileiro, mas mundial, porém, no Brasil, esse aumento tem sido muito rápido.

O aumento da AIDS entre a população feminina se deve a vários fatores.

Garcia e Souza (2010) realizaram um estudo para analisar o conhecimento da população sobre DST/AIDS, bem como os discursos sobre o uso de preservativo e das práticas sexuais. As autoras estudaram 64 indivíduos entre 16 e 45 anos, sexualmente ativos, de ambos os sexos, residentes nas cidades de São Paulo e Recife. A pesquisa revelou que o conhecimento quanto à prevenção e tratamento das DST/AIDS é preocupante, destacando que os menos escolarizados, os homens e os moradores de Recife possuíam menos conhecimento sobre DST/AIDS.

As autoras chamam a atenção para uma falha no sistema escolar em fornecer informações sobre a doença, bem como das campanhas públicas, visto que muitos dos entrevistados afirmaram que as campanhas contra a AIDS só ocorrem em determinadas épocas do ano (Carnaval, por exemplo), havendo necessidade de ampliação do período das campanhas e dos locais de divulgação (GARCIA e SOUZA, 2010).

A esse respeito, Maliska, Souza e Silva (2007), em seu estudo que teve como objetivo discutir a feminização da epidemia da AIDS e o seu reflexo nas práticas de cuidado em relação a essa doença, concluíram que as mulheres que vivenciam relações estáveis acreditam estar protegidas com relação ao HIV e não utilizam preservativo. As autoras acreditam que isso vem a confirmar a limitação das campanhas preventivas, visto que estas não consideram a realidade social brasileira: o uso de preservativo deve ser aceito por ambas as partes e, em um país marcadamente machista como o Brasil, é difícil o parceiro aceitar o preservativo durante a relação.

Macklin (2003) acrescenta a essa ideia a posição econômica da mulher na sociedade, que também a impede de negociar o uso de preservativo.

Sousa, Espírito Santo e Motta (2008) também constataram que a maioria das mulheres não utiliza preservativo durante as relações sexuais, o que as predispõe à infecção pelo HIV, e os autores também chamam a atenção para a necessidade de um trabalho educativo mais abrangente, contínuo e esclarecedor.

Santos et al. (2002) alertam para as dificuldades de negociação do uso do preservativo, visto que esse uso implica em problemas ligados à afetividade e à quebra de confiança entre os parceiros.

As desigualdades de gênero também são um dos principais fatores determinantes da epidemia, isto porque as normas de gênero relacionadas à masculinidade podem encorajar os homens mais jovens a terem mais parceiras sexuais e os homens mais velhos a terem relações sexuais com mulheres muito mais jovens. Em alguns cenários, isto contribui para taxas mais elevadas de infecção entre mulheres de 15-24 anos, comparadas com homens jovens da mesma faixa etária (WHO, 2011).

Braga, Cardoso e Segurado (2007) avaliaram as diferenças de gênero no acolhimento em serviço de referência da cidade de São Paulo. Os autores revisaram 1072 prontuários de pacientes atendidos entre 1998 e 2002. Verificou-se que as distinções de gênero abrangiam características sócio-demográficas, tais como sexo, idade ao diagnóstico sorológico de infecção por HIV, idade, escolaridade e estado civil à matrícula no serviço, fatores relativos ao modo de exposição à infecção, o estágio clínico em que se encontravam e os marcadores laboratoriais de importância prognóstica (estágio clínico da infecção pelo HIV, tratamento antiretroviral recebido antes da entrada no serviço e marcadores sorológicos de infecção por outros agentes de transmissão sanguínea e/ou sexual – hepatite B, hepatite C, HTLV, determinação quantitativa de linfócitos CD4+ periféricos e carga viral plasmática de HIV, sífilis). O estudo também encontrou contagem de linfócitos CD4+ mais elevada nas mulheres e com carga viral não detectável.

Ainda, os autores levantaram a hipótese de que, além da vulnerabilidade biológica própria do sexo feminino, essas diferenças podem estar relacionadas a questões sócio-comportamentais, afirmando que mulheres jovens se relacionam com homens mais velhos, que apresentam maior probabilidade de terem contraído alguma DST anteriormente.

A respeito da predisposição biológica das mulheres à infecção pelo HIV, Bastos (2001, p. 11) diz que “a superfície da mucosa vaginal exposta ao sêmen é relativamente extensa e o sêmen tem uma concentração de HIV significativamente maior do que o líquido vaginal”.

Bastos (2001) também alerta para o aconselhamento fornecido em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), que é feito de forma incorreta, pois não está voltado

para o aspecto cultural da população mais carente que vive no Brasil e que faz uso do SUS.

4 CONCLUSÃO

Com a realização deste trabalho, pudemos constatar que os principais fatores apontados pelos autores pesquisados que contribuem para o aumento da infecção por HIV entre a população feminina são:

- as desigualdades de gênero, que concorrem para que as mulheres enfrentem problemas dos mais diversos para utilizar preservativo com seus companheiros;

- a falta de conhecimento da população em geral sobre o fato de que, entre outros temas relacionados à AIDS, a infecção por HIV já não está restrita a grupos específicos, como ocorria antigamente. Atualmente, qualquer pessoa pode contrair o vírus;

- a falta de campanhas oportunas e direcionadas à população como um todo e particularmente à população mais vulnerável;

- O predomínio da cultura machista, que perpetua situações que tornam as mulheres vulneráveis;

- predisposição biológica.

O papel da mulher na sociedade não tem sido valorizado e, no Brasil, essa realidade é percebida pelas desigualdades enfrentadas nos campos profissional, cultural, social, entre outros. Isso torna difícil para a mulher se impor na hora da relação e conseguir que seu parceiro utilize o preservativo.

Alie-se a isso o fato de as campanhas de prevenção da AIDS não ocorrerem de forma contínua, limitando-se a certas épocas do ano, como durante o Carnaval, por exemplo.

Há necessidade da mobilização de toda a sociedade, mas principalmente dos órgãos de saúde, no sentido de divulgar e informar sobre a AIDS, assim conscientizando a população de que a doença é uma realidade cada vez mais presente entre todos e não mais entre grupos específicos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. **A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação**. São Paulo: Bontempo, 2000.

ALVES, B.M. - **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, M.D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BASTOS, F.I. A feminização da epidemia de AIDS no Brasil: determinantes estruturais e alternativas de enfrentamento. **Saúde Sexual e Reprodutiva**, Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - ABIA, 2001.

BRAGA, P.E.; CARDOSO, M.R.A.; SEGURADO, A.C. Diferenças de gênero ao acolhimento de pessoas vivendo com HIV em serviço universitário de referência de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2653-2662, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DST no Brasil**. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pagina/dst-no-brasil>. Acesso em 15/08/2011.

_____. **Dados de AIDS no Brasil 2010**. Disponível em: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/publicacao/2010/folder_aids_2010_pdf_55624.pdf. Acesso em 15/08/2011.

_____. **Política Nacional de Atenção Integrada à Saúde da mulher**. Princípios e Diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05/10/1988, Brasília, 2001.

_____. **A Lei Maria da Penha: uma conquista novos desafios**. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/texto/gehatex02.pdf>. Acesso em junho de 2011.

CABRAL, F.; DÍAZ, M. **Relações de gênero: cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. Belo Horizonte: Rona, 1999. p. 142-150.

CALDEIRA, Teresa. **Mulheres, cotidiano e política**. São Paulo: Cebrap, 1985.

CAMPOS, C.H.. Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico. **Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, p. 336, jan-jun/2003.

COSTA, A.A.A. Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio. In: PASSOS, E.; ALVES, Í.; MACEDO, M. **Metamorfoses: gênero nas perspectivas**

interdisciplinares. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998.

FAGUNDES, A. Gênero, poder e direitos sexuais e reprodutivos. **Femina**, v. 25, n. 7, p. 661-670, 1996.

FARIA, N. et al. **Gênero e Educação**. São Paulo: Sempre viva/Organização Feminista, 1999.

GARCIA, S.; SOUZA, F.M. Vulnerabilidade ao HIV/AIDS no contexto brasileiro: iniquidades de gênero, raça e geração. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 19, supl. 2, p. 9-20, 2010.

GUIMARÃES, C.D. **AIDS no feminino**: por que a cada dia mais mulheres contraem AIDS no Brasil? Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

GROSSI, P.K.; WERBA, G.C. (orgs). **Violências e gênero**: coisas que a gente gostaria de saber. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

HITA, M.G, Gênero, ação e sistema: a reinvenção dos sujeitos. **Lua Nova**, n. 43, 1998.

MacKLIN, R. Bioethics, vulnerability, and protection. **Bioethics**, v. 5-6, n. 17, 2003, p. 472-85.

MALISKA, I.C.A.; SOUZA, M.I.C.; SILVA, D.M.G.V. Práticas sexuais e o uso do preservativo entre mulheres com HIV/AIDS. **Cienc Cuid Saúde**, v. 6, n. 4, p. 471-478, 2007.

MELO, H.P. O feminino nas manufaturas brasileiras. In: MURARO, R.M.; PUPPIN, A.B. (orgs.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: FARPEJ, 2001.

PARRA FILHO, D.; SANTOS, J.A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Futura, 2002.

RICHARTZ, T. **Conceituando gênero e patriarcado**. Disponível em: http://www.projeto.org/emapbook/map_ter.htm. Acesso em 10/04/2011.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, N.J.S. et al. Mulheres HIV positivas, reprodução e sexualidade. **Rev Saúde Pública**, v. 34, n. 4, p. 12-23, 2002.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1989.

SOUSA, M.C.P.; ESPÍRITO SANTO, A.C.G.; MOTTA, S.K.A. Gênero, vulnerabilidade das mulheres ao HIV/AIDS e ações de prevenção em bairro da

periferia de Teresina, Piauí, Brasil. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 58-68, 2008.

VERUCCI, F.; TABAK, F. **A difícil igualdade**: os direitos da mulher como direitos humanos/organização. Relume-Dumará. Rio de Janeiro, 1994.

WHO – World Health Organization. **Gender inequalities and HIV**. Disponível em: http://www.who.int./gender/hiv_aids/en/. Acesso em 15/08/2011.

Bibliografia consultada

BLAY, E..A. **Direitos humanos e homicídio de mulheres**. Projeto de Pesquisa Integrada apoiado pelo CNPq. Concluída em 2003. ainda não publicada. Resumo dos dados encontra-se na página do NEMGE (www.usp.br/nemge).

CONY, C.H. **Fatos e Fotos - Gente**. Brasília, 22 de outubro de 1979, n. 948, ano XVII. Rio de Janeiro, Bloch Editores.

DAY, V.P. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev Psiqu.** RS, 25 (suplemento), abril 2003.

DIAS, M.B. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIEESE. **Os trabalhadores frente à terceirização**. São Paulo, n. 7, maio 1993.

ELUF, L.N. **Crimes contra os costumes e assédio sexual**. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 1999.

FAURY, M. Assistentes sociais e a temática relações de gênero. **Cadernos de Serviço Social**, FSS / PUC Campinas, ano VII, n. 11, 1997.

FERREIRA, AB.H. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GOKHALE, S.D. A família desaparecerá? **Revista Debates Sociais**, ano XVI, n. 30, Rio de Janeiro: CBSSIS, 1980.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HEILBORN, M.L. Relações violentas. **Ciências Hoje**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 104, 1994.

JAGGAR, A.; BORDO, S.R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

KOERNER, A. Posições doutrinárias sobre direito de família no pós-1988: uma análise política. In: FUKUI, L. (org.). **Segredos de família**. São Paulo: Annablume, 2002.

LOPES, M.A.R. (coord.). **Código penal**. 5.ed. rev., atual.e ampl. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LOURO, G. Corpo, escola e identidade. **Revista Educação & Realidade**, Produção do corpo, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p.59-75, jul.-dez. 2000.

LOURO, G.G.L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, Na. Pessoa e parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.

MACEDO, M.S. Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres. In: **Perspectivas de gênero**: debates e questões para as mulheres. Rio Grande do Sul: Faculdade Federal de Educação, jul/dez 2000.

MAGALHÃES, M.D.B. Pós-fácio - Mulheres na história: Paraná - séculos 19 e 20. In: TRINDADE, E.M.C.; MARTINS, A.P.V. Curitiba: UFPR - DEHIS. **Cursos de pós-graduação**, 1997.

MASSUNO, E. Delegacia de Defesa da Mulher: uma resposta à violência de gênero. In: BLAY, E.A. **Igualdade de oportunidades para as mulheres**. São Paulo, Humanitas, 2002.

MEKSENAS, P. **Sociologia da educação**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MILLER, M.S. **Feridas invisíveis**: abuso não-físico contra mulheres. São Paulo: Summus, 1999.

OLINTO, A. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2000.

ONG GTGÊNERO. **Plataforma de contrapartida**. Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

PEDRO, J.M. **Masculino, feminino, plural**. Santa Catarina: Mulheres, 1998.

PINTO, A.C.R.G. A família e a justiça. In: Nazareth, E.R. (org). **Direito de família e ciências sociais**. São Paulo: Jurídica Brasiliense, 1997. p. 35.

PINTO, C.R.J. **A trajetória da invisibilidade**: a mulher enquanto objeto da ciência política. São Roque: Seminário de Estudos Feministas FCC, 1990

PLÁCIDO E SILVA, O.J. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

QUEIROZ, C.A.M. (coord.). **Manual operacional do policial civil**: doutrina, legislação, modelos. São Paulo: Delegacia Geral de Polícia, 2002.

SAFFIOTTI, H.I.B. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: SAFFIOTTI, Heleieth I.B.; MUÑOZ VARGAS, Monica (Orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos-NIPAS/UNICEF, 1994. p. 151-187.

_____. **Gênero e patriarcado**: o poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SALVATTI, I. **Direitos da mulher**. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. SNMT/CUT. **Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT**. São Paulo, 2007.

SCHRAIBER, L.B., D'OLIVEIRA, A. F.L.P. **Violência contra mulheres**: interfaces com a saúde. Interface, Comunicação, Educação, v. 3, n. 5, 1999.

SILVA, M.V. **Violência contra mulher quem mete a colher**. São Paulo: Cortez, 1992.

TELLES, L.F. Mulheres, mulheres. In. DEL PIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 668-672.